

O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda

ANTONIO A. ARANTES

Antropólogo, doutor pela Universidade de Cambridge (Kings College) e presidente do IPHAN

RESUMO

O artigo reflete sobre a maneira como se tem lidado com os conhecimentos e expressões da cultura popular no âmbito das políticas de preservação deste tipo de patrimônio, mostrando como falta ao processo a voz ativa das populações produtoras dessa cultura. Analisa as transformações sociais que geram o mercado da memória de grupos específicos e aponta para o constante embate das tradições com a política e a economia e a necessidade de não se perder de vista a melhoria da qualidade de vida das diferentes comunidades.

Palavras-chave: Cultura política.
Construção social. Símbolos de identidade.
Transformações culturais

ABSTRACT

This article analyses the many ways in which popular culture has been dealt with by the public policies in charge of preserving this kind of cultural resource. It shows, in particular, the lack of active expression coming from the people involved in the production of such cultural manifestation. It analyses both the social transformations, which generate the many memory market connected with specific social groups. This is done with concern of not losing sight of the improvement in the quality of life of the communities which produce such manifestations.

Key words: Cultural policies. Social construction. Identity symbols. Cultural transformation

Programas e políticas sociais de educação, de distribuição da renda, de cultura entre outros – conduzidos por instituições públicas ou privadas – alcançam com frequência apenas parcialmente os seus objetivos. Uma das principais razões desse insucesso reside na dificuldade de se incorporar ao desenho, aos procedimentos de implementação e à avaliação dessas ações os interesses e projetos das populações-alvo, e estimular a sua capacidade de tomar decisões e de articular-se estrategicamente. O argumento que desenvolvo nestas reflexões é que o ponto crucial dessa questão encontra-se no modo como se estabelece a articulação entre as agências executoras de políticas sociais e os segmentos sociais envolvidos, ou seja, na cultura política que é implícita ou explicitamente implementada por essas instituições.

A presente reflexão diz respeito especificamente às políticas oficiais de salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial, ou seja, à proteção e valorização dos conhecimentos, formas de expressão, celebrações e lugares que singularizam os diferentes grupos formadores da sociedade nacional e seu território, tal como estabelece a Constituição Federal Brasileira. Mas os princípios gerais deste raciocínio aplicam-se a outros setores das políticas culturais.

Delineando inicialmente o contexto mais geral em que o problema ganha a sua significação contemporânea, farei referência ao que venho designando “paisagens de história”. Refiro-me a populações e a territórios cuja paisagem natural ou patrimônio cultural são identificados tanto pelas populações envolvidas quanto por especialistas (historiadores, geógrafos, museólogos, arquitetos e antropólogos, entre outros) como distintivos e, por essa razão, objetos de salvaguarda e recursos úteis ao desenvolvimento de produtos de mercado. Esses grupos humanos e territórios encontram-se de modo geral envolvidos por sistemas de circulação de pessoas, signos, bens e capital associados a um mercado ampliado (não apenas local ou regional) e não raramente à economia e à cultura globalizadas.

Essa noção remete a processos que são ao mesmo tempo locais, intra, inter e trans-nacionais. É, por exemplo, o caso do turismo e das atividades desenvolvidas por instituições de comunicação e pela indústria cultural, assim como das exposições internacionais e comemorações de centenários que, tendo sido realizadas com forte sentido de afirmação nacional desde o século XIX são, hoje, indissociáveis do complexo cenário emergente que articula cultura e política ao mercado e ao entretenimento.

Convém particularizar alguns aspectos desse contexto.

A circulação e o consumo de bens culturais encontram-se entre os

principais ingredientes das mudanças que ocorrem nos estilos de vida e na formação de fronteiras simbólicas em todo o planeta. Mas é sempre útil insistir que longe de simplesmente criar homogeneidade, o mercado global estimula a geração e circulação de todo tipo de recursos capazes de produzir sentidos de lugar e de diferença.

Marcadores de identidade têm sido utilizados para projetar eficientemente realidades locais em panoramas que atravessam e sobrepõem-se a fronteiras étnicas e territoriais, gerando intertextualidades que devem absorver as características de um mesmo código de, por assim dizer, contigüidade de vitrine (é o que ocorre, por exemplo, com a linguagem da moda). Ao mesmo tempo, eles habilitam cada participante (produtor ou intermediário) para a competição por clientes e oportunidades. A produção cultural mundializada propicia, desta forma, o enraizamento, no plano local, de *sentidos globais de lugar*, sentidos esses que dialogam, deslocam e interagem com as representações de identidade, memória e tradição, e com as práticas a elas associadas.

Nesse contexto, diferentes escalas e tessituras étnicas e sociais se entrecruzam; e isso ocorre de tal modo que realidades de certo modo *hiper-locais* (tais como aldeias indígenas, pequenas povoações entre outras) tornam-se indissociáveis da dinâmica sócio-econômica e política regional, estadual, nacional e global. Essa articulação supra-local afeta particularmente os grupos humanos que vivem em territórios identificados como atrativos exóticos para o turismo cultural, radical ou, como atualmente se denomina, com o *reality tourism*. Esta modalidade mais nova de entretenimento oferece a *hollidaymakers*, como define o seu site na web, a oportunidade dos visitantes conhecerem de perto a situação política de determinado país ou região e construir a sua própria visão sobre o conflito social.

Estudos críticos sobre o turismo e sobre práticas de salvaguarda do patrimônio (inclusive a formação de acervos e atividades educativas em museus) ainda são relativamente incipientes e, embora relevantes, eles freqüentemente se restringem a preocupações bastante localizadas e pragmáticas. Particularmente em face do que tem sido dito e feito a respeito do meio-ambiente, ainda é tímida a atenção dada às políticas de salvaguarda do patrimônio cultural e, em particular, o de natureza imaterial.

Tome-se como exemplo o artesanato, as formas de expressão tradicionais, as paisagens e sabores exóticos, em relação aos quais a atenção e os investimentos públicos e privados passam por uma fase de plena expansão. Em um contexto no qual a cultura tornou-se tão indissociável do mercado

quanto ela esteve integrada à política nas décadas de 1970 e 80, esses investimentos vêm estimulando a atribuição de novos sentidos ao patrimônio cultural. Além dos valores documental, simbólico e afetivo até agora atribuídos a esses bens – ou talvez até mais do que eles –, o seu valor de mercado é o que emerge na crista da onda cultural contemporânea, no Brasil e fora daqui.

Para identificar as forças em jogo na construção social dessas realidades, convém considerar, ainda que brevemente, um caso concreto. Tomo como exemplo a Festa de São Sebastião, que é a celebração popular tradicional mais importante em várias localidades do sul da Bahia, no contexto de um grande conjunto de empreendimentos culturais e comerciais implantados na região de Porto Seguro.

Com o recente aumento dos investimentos em turismo e em empreendimentos imobiliários, esta festa vem se tornando um dos principais atrativos turísticos dessa região, e tem produzido um significativo aporte financeiro à economia local. Tradicionalmente, ela é uma celebração de pertencimento às comunidades locais e uma arena onde se encena e negocia prestígio. Em anos recentes, a população dessas vilas e povoados cresceu muito rapidamente e tornou-se mais complexa do que num passado recente, quando raramente encontravam-se aí forasteiros. Agora, a população local inclui novos residentes (principalmente jovens vindos das grandes cidades do país e do exterior), investidores imobiliários e comerciantes, visitantes regulares (que retornam a cada período de férias e participam ativamente da vida local), políticos, personalidades da mídia, publicitários e, mais recentemente, padres e pastores que passaram ou a questionar a celebração, ou a disputar com os festeiros o controle das principais atividades e a organização da festa.

O que é interessante destacar neste caso relativamente freqüente é que, apesar das circunstâncias, o rito não perdeu o seu sentido de tradição. Os recém-chegados, desejando validar a sua condição de novos membros da comunidade, empenham-se para ter papel ativo na comemoração. Novas regras e critérios negociados entre “nativos” e “gringos” para a escolha de festeiros abriram – e ao mesmo tempo regularam – o espaço político da festa. É para que os forasteiros pudessem ter acesso à condição de festeiros, dando sua contribuição material que se espera ser bastante superior à dos nativos, sem comprometer os costumes vigentes, estabeleceu-se que estes poderiam participar não individualmente, mas integrando um grupo de “gente da terra”.

Contudo, a acomodação do costume às circunstâncias tem limite: alguns papéis específicos estão bloqueados aos forasteiros. Isso ocorre, no exemplo, com a preparação da comida, com a execução do samba de couro e de uma das

danças, assim como a pintura da bandeira e do mastro. Estas atividades são prerrogativas de indivíduos considerados competentes e fiéis seguidores “dos antigos”, seus antepassados. Elas estão, portanto, vinculadas ao pertencimento a um dos grupos extensos de parentesco que formam o núcleo da comunidade nativa.

Este exemplo – que expressa uma realidade bastante familiar aos pesquisadores – tem algumas implicações importantes para o assunto focalizado neste ensaio. Desde logo, ele sugere que algumas práticas – ou melhor, alguns aspectos de determinadas práticas sociais (no exemplo, a preparação da comida, a execução da música, dança e pintura) são menos permeáveis à inovação do que outros.

No exemplo, o fornecimento de bebidas e ingredientes para elaboração dos pratos, a confecção do mastro, a organização da procissão e da celebração na igreja são aspectos mais permeáveis da celebração. Eles constituem esferas de atividades e relacionamentos sociais cujas fronteiras simbólicas, sendo mais porosas, criam pontes e portas que podem ser utilizadas para incorporar novos símbolos e novos atores. É preciso lembrar sempre que a cultura separa e junta, distancia e aproxima, constrói fronteiras e passagens, relacionando “uns” a “outros” segundo as regras de cada grupo social.

O exemplo também mostra que certas atividades são mais carregadas de sentidos de identidade do que outras. São estas as que conferem à performance cultural a condição de símbolo ativo da comunidade, espelhando o que o grupo considera ser a sua “tradição”. E são exatamente esses aspectos mais marcados e marcantes da vida, os entendidos como “referências” das identidades sociais, os que usualmente se encontram na mira das políticas culturais de modo geral e nas de patrimônio em particular.

Esta ambivalência dos chamados “bens patrimoniais”, que singularizam o grupo e seu território sem torná-los totalmente impenetráveis aos forasteiros, ou seja, permitindo que a inclusão social dos “de fora” se faça seletiva e condicionalmente, é um atributo-chave do seu valor de mercado. De fato, a credibilidade do diferencial de *marketing* constitutivo dos produtos com valor cultural agregado depende desses bens e serviços serem vivenciados pela população local e apresentados convincentemente ao público enquanto parte de “culturas autênticas”. Assim sendo, torna-se fundamental que festas “tradicionais” ocorram no lugar previsto – no exemplo, a grande praça quadrangular característica de alguns povoados onde estão situadas a igreja matriz e casas de antigas famílias festeiras. Mas o seu valor de troca depende da possibilidade de incorporar atores e símbolos externos; em outras palavras,

atualizar-se mantendo sua base de apoio na organização social e na cosmologia locais. Essa ambivalência é o que possibilita o uso do patrimônio como capital simbólico na produção de sentidos reconhecíveis e contínuos de lugar, tanto para um mercado em expansão, quanto para a comunidade local, pondo em marcha o assim chamado processo de reinvenção de tradições.

Isto dito, pode-se passar à questão da *intervenção*. Atualmente, são bastante freqüentes, particularmente nas regiões menos desenvolvidas da Europa, programas de desenvolvimento humano e social que se apóiam na valorização de conhecimentos e formas de expressão patrimoniais, assim como na agregação de valor cultural a produtos de origem controlada. De modo geral, esses programas têm levado benefícios materiais, psicossociais (auto-estima) e políticos (inclusão social e cidadania) às suas populações-alvo. Portanto é válido e mesmo desejável utilizá-los como inspiração ou adaptá-los à realidade brasileira, como tem ocorrido, por exemplo, nos programas de desenvolvimento local, integrado e sustentável.

No Brasil, ganham mais consistência ações e programas que visam a estimular a ampliação do mercado para os produtos derivados dessas práticas, assim como implementar mudanças técnicas, estéticas e gerenciais para que a produção responda mais eficiente e prontamente às demandas de um mercado ampliado. Essas ações integram projetos de instituições públicas e privadas voltadas ao fortalecimento da inclusão social e ao aumento da renda do produtor.

Tais programas implicam, em primeiro lugar, na identificação de *diferenças* culturais e no desenvolvimento de *diferenciais* de mercado a partir dessas diferenças. Esses levantamentos se ocupam tanto de práticas e conhecimentos vigentes quanto das que perduram e continuam a ser re-trabalhadas pela memória social. Eles incluem a identificação de executantes, mestres e aprendizes, assim como o registro dos seus conhecimentos e formas de expressão. Trata-se, portanto, de um trabalho de localização e identificação do que vem sendo denominado “tesouros” culturais, dos seus guardiões e de suas condições de reprodutibilidade.

O reconhecimento do valor cultural dos saberes e da expressividade consubstanciados nos objetos e eventos resultantes de práticas coletivas torna estes resultados objetos de interesse, tanto na esfera local quanto mais amplamente. Por essa razão destaca-se hoje, uma vez mais, a urgência sempre evocada pelos pesquisadores, de registrarem e conservarem o patrimônio – seja no particularismo do âmbito local, seja na escala mais abrangente das ações desenvolvidas pelas instituições públicas – como que numa tentativa de fixar no

tempo as artes e ofícios difusamente desenvolvidos pelo engenho humano.

Cabe neste ponto esclarecer o que pode parecer uma contradição na base teórica deste raciocínio, cujas principais premissas derivam da concepção de que as identidades sociais e as fronteiras simbólicas são constantemente construídas, abandonadas e refeitas. Desse ponto de vista, para compreender a construção do patrimônio enquanto prática social, importariam não os resultados cristalizados nos objetos e calendários festivos e a sua conservação, não a conservação dos usos e costumes, mas a dinamização das condições sociais e históricas que configuram as suas condições de reprodução. Sabe-se, no entanto, que em situações de crise e rápidas mudanças sociais – como a em que vivemos – o que parece tornar-se mais vulnerável e passível de ser relegado ao esquecimento e ao desuso não são tanto as coisas produzidas, elas mesmas, mas as competências e informações que esses objetos consubstanciam. Entretanto – e este fato deve ser mais valorizado pelos gestores – é este o cabedal que, sendo re-trabalhado pelos especialistas locais, pode ou não se tornar um ativo (simbólico ou material) a partir do qual exploram-se estrategicamente as possibilidades e oportunidades políticas, humanas e materiais que podem se tornar acessíveis através das políticas públicas. As situações de crise parecem tornar ainda mais frágeis os já tênues mecanismos de transmissão dos saberes locais e a sua contínua atualização. Isto, de um ponto de vista externo à realidade considerada.

Contudo, de um ponto de vista interno à cultura e à experiência social, produto e processo são indissociáveis. As coisas feitas testemunham o modo de fazer, e o saber fazer. Elas abrigam também os sentimentos, lembranças e sentidos que se formam nas relações sociais envolvidas na produção e assim, o trabalho realimenta a vida e as relações humanas.

O cabedal produzido pelo trabalho de gerações de praticantes de determinada arte ou ofício é algo mais geral do que cada peça produzida ou executada, do que cada celebração realizada. É conhecimento; é tecnologia; é linguagem verbal, gráfica, cênica, coreográfica e musical; são visões de mundo coletivas e difusas. Mas, em contrapartida, encontra-se em cada obra ou na lembrança que se tem dela, o testemunho do que alguém é capaz de fazer. O produto feito encerra a autoria individual e o fazer coletivo, a capacidade de repetir um gesto e de modificá-lo, mantendo viva – mas nunca idêntica – a tradição, já que nas frases ditas, a linguagem se perpetua e constantemente se renova.

Em conclusão, segundo esta perspectiva de análise, entre os principais desafios que se colocam para as comunidades participantes de projetos de salvaguarda e valorização do patrimônio cultural destacam-se:

- A conservação das condições materiais e ambientais necessárias à reprodução e ao desenvolvimento do seu patrimônio frente a uma demanda externa em expansão.
- O controle das formas costumeiras de transmissão dos conhecimentos e formação de novos executantes, uma vez que elas se estruturam segundo ordenações específicas das relações sociais (de gênero, entre gerações, hierarquias, instâncias de legitimação etc.).
- O controle das mudanças provocadas pelas políticas sobre as diversas esferas da vida social (vida doméstica, política local etc.).
- A defesa dos direitos de criação e autoria, em face das características altamente competitivas do mercado envolvente.
- Participação ativa nos inventários, formação de acervos e realização de registros onde se conservem para gerações presentes e futuras os conhecimentos acumulados, independentemente dos valores que lhes sejam atualmente atribuídos.

Mas tudo isto considerado, resta um aspecto fundamental da questão: se ou não, e como, a comunidade local se organiza para interagir com as agências externas de desenvolvimento. Esta questão de natureza política, que não se esgota no plano institucional, tem sido central para a viabilidade e eficácia das ações, tanto no caso dos programas de conservação integrada de sítios históricos, quanto na implantação de Conselhos de Desenvolvimento Rural e em outras políticas de base territorial.

A razão da importância diferenciada desse aspecto da questão reside, sobretudo, no fato de que os impactos provocados pelas políticas de patrimônio – embora previsíveis – não podem ser antecipados por dedução, nem sequer estimulados ou evitados com segurança, uma vez que fatos novos poderão sempre gerar novos sentidos e lances inesperados. Além disso, a natureza e extensão dos seus efeitos dependem das fraturas e solidariedades que se formam na competição por recursos, assim como no freqüente conflito de interesses entre indivíduos e grupos. Em conseqüência, são extremamente variáveis os significados efetivamente atribuídos localmente às novas oportunidades, informações, compromissos e consciência de direitos propiciados pelas políticas públicas. Estas, quando eficientes, provocam turbulência, induzindo a formação de novas atitudes, valores e estruturas de relacionamento social.

Muitas vezes, a interação entre técnicos e comunidades depende da implementação de mudanças importantes nos referenciais políticos de ambos. Enquanto gestores de uma nova política de patrimônio cultural, que priorize os sentidos dos bens culturais para a população que os detêm, que não esteja cega para o seu potencial para a melhoria das condições de vida dessa mesma população e o interesse dela em utilizá-lo para tanto, esse é um enorme desafio. Cabe-nos encará-lo de frente!